

PNAD CONTÍNUA

IBGE mostra estados com pleno emprego. E Nordeste tendo maior desemprego, com Pernambuco e Bahia liderando as perdas

No 4º trimestre de 2022, as maiores taxas de desocupação foram as de Bahia (13,5%), Amapá (13,3%) e Pernambuco (12,3%).

FERNANDO CASTILHO

A taxa de desocupação (7,9%) do trimestre móvel de outubro a dezembro de 2022 - medida pelo IBGE através da Pesquisa PNAD Contínua - revelando que ela caiu 0,8 ponto percentual ante ao trimestre de julho a setembro de 2022 (8,7%), revela um quadro dramático em relação ao Nordeste: apenas um dos nove estados da Região tem uma taxa abaixo da média nacional (Ceará, com 7,8%).

Nos demais oito, a taxa vai de 8,3% (Maranhão) a 13,5% (Bahia), com Pernambuco vindo na segunda posição com 12,3%.

A população desocupada (8,6 milhões de pessoas) no trimestre de outubro a dezembro de 2022 diminuiu 9,4% (menos 888 mil pessoas) frente ao trimestre terminado em setembro e caiu 28,6% (menos 3,4 milhões de pessoas) ante o mesmo trimestre móvel de 2021.

A população ocupada (99,4 milhões de pessoas) ficou estável ante o trimestre anterior e subiu 3,8% (3,6 milhões de pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2021.

O caso do Nordeste mos-



Caso do Nordeste mostra a dificuldade das regiões menos desenvolvidas em se recuperar da crise da pandemia

tra a dificuldade das regiões menos desenvolvidas em se recuperar da crise da pandemia do covid-19 e as dificuldades dos governadores em cumprir suas promessas mais fortes na campanha e que é a geração de emprego.

Além de Bahia e Pernambuco Sergipe (11,9%) e Paraíba (10,5%) ainda carregam taxas de desemprego de dois dígitos o que amplia o desafio dos governos estaduais em melhorar as condições econômicas intra-regionais.

E mesmo o Ceará, único abaixo da média nacional, carrega uma taxa quase o dobro dos estados com melhores taxas de ocupação e que segundo especialistas se aproximam do que tecnicamente se chama pleno emprego.

Esse é o caso dos estados de Rondônia com apenas 3,1% de taxa de desemprego seguido de Santa Catarina (3,2%), Mato Grosso do Sul (3,3%) e Mato Grosso (3,5%) todos eles

fortemente impactados pelo agronegócio, ou como afirmam os analistas o "entorno do agronegócio" que inclui de vendedores de sementes e adubos a revendas de máquinas e equipamentos agrícolas e caminhões além de serviços de informática e suporte tecnológico no campo que tem atraído milhares de pessoas a atuar no planejamento das culturas de exportação.

Em 2023, por exemplo, a expectativa é a de que o País colha uma safra recorde de grãos, alcançando 298 milhões de toneladas, um crescimento de 13,3% em relação a 2022 (34,9 milhões de toneladas).

Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concentram hoje as maiores ofertas de empregos inclusive de profissionais de TI para cuidarem de soluções locais de fazendas nas áreas de milho, soja, feijão e algodão uma cultura que em apenas 10 anos colocou o

Brasil entre os cinco maiores produtores do mundo.

No sentido contrário, os estados do Nordeste enfrentam uma maior pressão no entorno das cidades de porte médio, Região Metropolitana e das capitais. Onde está a maior concentração da população subutilizada, subocupada por insuficiência de horas trabalhadas, fora da força de trabalho e a população desalentada (quatro milhões de pessoas).

O percentual de pessoas subocupadas tem uma grande concentração nas regiões metropolitanas e capitais que não conseguem gerar empregos suficientes nem mesmo das áreas de serviços o que cada gerando subutilização.

O efeito desse fenômeno, naturalmente, é a queda na renda com crescimento da importância de rendas oriundas do Governo como as aposentadorias do INSS e o pagamento do Bolsa Família que passam a ser a única

renda formal dessas famílias.

O caso de Pernambuco é bem interessante pois, ao contrário da Bahia, que tem uma parte de sua economia ancorada no agronegócio e exportação, Pernambuco dispõe apenas na cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada que geram ocupações sazonais no agronegócio.

E mesmo no setor industrial o desempenho não é suficiente para impactar na geração de empregos.

Não por acaso, Pernambuco é o estado do Nordeste que, segundo a pesquisa da FGV Social, houve a maior mudança da pobreza de 2019 a 2021 por Unidade da Federação, em pontos percentuais na pandemia, ocorreu em maior intensidade em Pernambuco (8,14 pontos percentuais), além de figurar em quarto lugar no ranking nacional. Sendo o Recife, a região metropolitana em que a extrema pobreza mais cresceu.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL